

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, vou me espelhar no discurso que o eminente deputado Romildo Titon fez por ocasião da sua posse como presidente desta Casa.

Da mesma forma que o deputado Romildo Titon revelou que nasceu lá no meio do mato, com este parlamentar aconteceu o mesmo. Também tive atuação nas culturas de fumo e de milho ainda quando criança; depois, atuei no comércio como pequeno empreendedor e ali tomei conhecimento do quanto é

difícil empreender, de como é complicada a vida do empresário e do contribuinte.

Depois em 1984 ingressei no Fisco estadual de Santa Catarina como auditor fiscal da Receita Estadual. Nessa função tive o privilégio de atuar como dirigente sindical, primeiro como diretor e depois como presidente do sindicato do Fisco de Santa Catarina. Também tive o privilégio, em duas oportunidades, de ocupar as funções de diretor de administração tributária do estado de Santa Catarina. E ali, junto com toda a equipe, fiz um trabalho de quebra de paradigmas. Proporcionamos um diálogo aberto entre os contribuintes e o Fisco de Santa Catarina, mas ao mesmo tempo em que dialogávamos com o segmento empresarial tratamos também de melhorar o aparato fiscal, para que os controles fossem mais rígidos e que os contribuintes se sentissem mais vigiados.

Trabalhamos ainda na construção de um ambiente legal que permitisse dar competitividade aos contribuintes de Santa Catarina. Como resultado obtivemos um aumento significativo do PIB nos últimos anos. E ao olharmos 2003 para cá Santa Catarina vem todos os anos apresentando excelente desempenho no crescimento do PIB. Isso é fruto do trabalho que realizamos lá na secretaria da Fazenda, quando ocupamos a função de diretor de administração tributária, em duas oportunidades.

Também trabalhamos na redução da carga tributária, discutindo com os segmentos, para fazer com que a legislação tributária atendesse em situações específicas no sentido de dar competitividade aos contribuintes catarinenses, e como resultado obtivemos aumento da arrecadação.

Portanto, nesse meu breve histórico, quero dizer que tenho por convicção que não devemos mais aumentar a carga tributária, porque os contribuintes não aguentam mais nenhum aumento de imposto. E agora entro no assunto que me trouxe aqui, ao ocupar esta tribuna nesta tarde de hoje, que é o aumento do IPTU e do ITBI de Florianópolis.

Lembro-me muito de bem que o atual prefeito enquanto atuava como deputado aqui nesta Casa

defendia ferrenhamente o não aumento de impostos. Chegou a participar com as entidades que ingressaram na Justiça contra a prefeitura em relação ao aumento do IPTU e do ITBI, de passeatas ao lado dessas entidades quando estava sendo discutido o fim da CPMF, intitulado Xô, CPMF. E a CPMF sem dúvida nenhuma era o imposto muito mais justo socialmente, porque toda a carga tributária era destinada à saúde pública do Brasil. Portanto, o político não pode mudar de posição de acordo com a função que ocupa. E foi isso que aconteceu com o prefeito de Florianópolis. Em menos de um ano, no cargo de prefeito, mudou o seu discurso e aumentou a carga tributária no município.

Isso é iludir o eleitor, é fazer acreditar naquilo que não se está convicto. Significa, em breves palavras, estelionato eleitoral.

Esse discurso de que a planta genérica de valores não era aumentada há vários anos é mentiroso, porque houve um aumento de 2001 até 2013 de 71,18% do IPCA, enquanto o PIB aumentou somente 38,5% neste período. Portanto, a planta de valores que é utilizada com base para o cálculo do IPTU e do ITBI vinha sendo aumentada a cada ano muito acima da inflação.

Vou citar alguns casos de aberração dessa lei. Existe um advogado da banca que propôs a ação, que tem um apartamento avaliado em R\$ 800 mil, no bairro do Itacorubi. E lá caiu a alíquota do IPTU Social. Então, ele vai pagar somente R\$ 20,00.

Da mesma forma existem salas comerciais situadas atrás do prédio da Tractebel, próximo à OAB, que também caíram no IPTU Social e vão pagar apenas R\$ 20,00.

Cito, também, o caso de muitos nativos daqui da ilha que são de famílias tradicionais e que na época que estavam situadas em praias distantes adquiriram vastas áreas de terras que agora estão situadas em locais extremamente valorizadas, mas a renda dessas pessoas continua vindo da pesca. E como é que essas pessoas agora vão pagar o aumento do IPTU, deputado Edison Andrino? Isso é confisco. Vão perder as suas terras por falta de pagamento, porque a prefeitura vai entrar com uma ação e vai

tomar as suas terras por conta do não pagamento do IPTU. Vou mais adiante. Naquele terreno que está invadido, na rodovia SC-401, aumentou 100% o valor do IPTU. Agora o proprietário com certeza deve estar numa sinuca de bico: se paga o IPTU está dando legalidade para os ocupantes da terra; se não paga o IPTU a prefeitura executa e toma a sua terra também. Ora, vejam como estamos. Isso é confisco.

O sonho de muitos aposentados é vir morar em Florianópolis. E ao se aposentarem recolhem todas as suas economias, compram um imóvel aqui na capital e com um orçamento justo vêm morar aqui para realizar seu sonho. Mas da noite para o dia o valor do imposto dobra, e eles não têm condições de pagar. Então, ou vendem o imóvel ou entra em dívida ativa, e a prefeitura executa. E o pior é que a mudança da legislação foi feita sem qualquer diálogo com os contribuintes. Audiências públicas foram solicitadas e foram negadas. E é isso que ocasionou a aprovação de uma lei mal feita, ocasionando esses desvios.

O ITBI maior nos municípios vizinhos vai fazer com que os contribuintes mudem para outros municípios vizinhos. E Florianópolis que já tem o apelido da "cidade do nada pode" agora vai ter o apelido do "já teve". Já teve aqui o parque tecnológico desenvolvido, mas essas empresas não vão ficar tendo que pagar esse IPTU exorbitante como está e não vão ficar aqui, se tiverem que pagar ITBI na transação de imóveis. Da mesma forma isso vai acontecer em outras situações.

Quero dizer ainda que as entidades que ingressaram na Justiça podem contar com o meu integral apoio sobre o que estão questionando. E vou citar agora uma frase que Ulysses Guimarães usava: "A única coisa que mete medo em político é o povo nas ruas". E isso com certeza vai ocorrer, se não houver uma reformulação nessa legislação, e o meu lema continua sendo cada vez com mais convicção menos impostos e mais crescimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria apenas de fazer um apontamento ao pronunciamento do deputado Renato Hinnig, mencionando que pequenos comércios de pessoas individuais, como temos um caso, no Córrego Grande, de uma manicure, que chegou a aumentar R\$ 1 mil no IPTU.

Portanto, isso que se vendeu que seria na Beira-Mar e no Jurerê Internacional, que iriam aumentar mais o IPTU e que para todo mundo iria ficar bom, foi falso e estou de acordo com o pronunciamento de v.exa. no sentido de que possamos todos, inclusive o deputado Sargento Soares e deputado Edison Andrino, nós todos da região, unir forças e trabalhar para revertermos essa situação absurda que se criou em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o segundo orador inscrito nesta tarde, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha nesta tarde de quarta-feira ou pela TVAL ou Rádio Alesc Digital, é o primeiro dia de sessão ordinária neste ano de 2014, e parece que já vamos começar com importantes debates nesta tribuna, para nossa alegria que temos esta tribuna como o maior espaço da nossa liberdade de expressão e do movimento ou movimentos que se representa e se busca defender também por questão ideológica e programática.

Quero começar falando da grande festa que houve na Segurança Pública catarinense, no dia 31 de janeiro, sexta-feira da semana passada, mais precisamente entre os militares estaduais. Nós tivemos mais de 1.500 mil promoções de praças, deputado Kennedy Nunes, a imensa maioria de soldados para cabos, mas também centenas de cabos

para terceiro sargento. Quem esteve na formatura, inclusive o nosso atual presidente deputado Romildo Titon, na formatura da capital, porque houve outras pelo estado afora, mas na capital pôde ver um meio campo de futebol de praças sendo promovido no mesmo dia. Foi uma festa alegre e, por que não dizer, emocionante.

Quero parabenizar a Aprasc, porque isso é produto de uma luta histórica dessa entidade que, enfim, também se tem tornado realidade.

Parabenizo também todas as autoridades que entenderam essa justa demanda, a começar pelo governador do estado, pelos secretários do governo, autoridades militares estaduais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Quero parabenizar cada um dos promovidos, cada uma das promovidas, tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros, no último dia 31 de janeiro, e dizer que é a primeira turma de outras que virão, sendo que a partir do ano que vem não teremos nenhum praça com mais de 12 anos na mesma graduação.

Então, este é um avanço significativo que coroa uma história de mais de uma década de reivindicação da categoria dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros. Por isso quero parabenizar, mais uma vez, a Aprasc.

Quero parabenizar e agradecer os colegas, os 40 deputados estaduais, porque foi aprovada aqui a lei no mês de dezembro último, ou seja, o PLC n. 42, que deu origem à atual Lei Complementar n. 623, aprovada nesta Casa por unanimidade.

Não obstante toda a alegria por esses mais de mil promovidos, não posso deixar de registrar, ao mesmo tempo, uma tristeza. No mesmo dia em que nós aprovamos aquele PLC, deputado Kennedy Nunes, foi aprovada também uma emenda de autoria de autoria deste parlamentar que colocava que um dos critérios para promoção não seria no ótimo comportamento e sim no bom comportamento. Uma questão de justiça a um pouco mais de uma centena de praças e de quebrar tabus históricos dentro da instituição militar estadual.

Então, a emenda foi aprovada aqui por unanimidade, e agradeço a todos os pares deputados que apoiaram, que trabalharam e que militaram na causa da aprovação dessa emenda, por uma questão de justiça e também para quebrar tabu.

É preciso registrar também que, nesses sete anos de mandato parlamentar desse praça da Polícia Militar e colono do interior de Imbuia, foi a única emenda importante aprovada em sete anos. E, pasmem, não valeu. Ela não foi vetada pelo sr. governador, simplesmente a argumentação é que na hora da redação final, da elaboração do autógrafo, foi mandado para o governador e a emenda não foi incluída.

Querem colocar a responsabilidade à diretoria legislativa desta Casa, aos técnicos da Assembleia, que, aliás, os conheço. Mas quero dizer a esses técnicos que caso tenha havido um erro técnico, não tenho motivo para desacreditar, que os isento de responsabilidade, pois os outros projetos aprovados saíram em caravana daqui para serem sancionados na mesma semana, porque interessavam aos poderosos de cima! E aquele que era da base dos praças... Mas depois, já no começo do mês de janeiro, ficamos sabendo que tinha havido essa falha. E como no mês de janeiro inteiro não foi possível corrigir, republicar a lei, quem estava no bom comportamento não foi promovido.

Mas quero dizer, repito, aos técnicos da diretoria legislativa, que os isento de responsabilidade, e dizer, pessoalmente, se me permitirem, ao Beto, que não precisa se preocupar, que deste parlamentar não sairá nenhum ataque ao servidor nem a nenhuma autoridade, especificamente, porque também se o fizesse seria leviano de minha parte.

No entanto, no último ano do segundo mandato legislativo nesta Casa, quero dizer que só reafirmo o meu ceticismo com relação às possibilidades reais de os poderes exercerem a sua função.

Não querendo ser maniqueísta, chego à conclusão, parafraseando outro ditado filosófico,

de que os poderes têm poderes que os próprios poderes desconhecem. Porque se era prática, era unanimidade entre os 40 deputados. O próprio governador concordava como todos os secretários de estado. E não foi possível resolver o problema.

Apelo a todas as autoridades do Poder Executivo, deste Poder Legislativo e ao governador Raimundo Colombo que possamos resolver essa questão este mês, no mês que vem, antes do mês de maio. E avalio até que depende da iniciativa do governador Raimundo Colombo querer resolver isso, porque vai precisar reeditar o projeto. A Casa Civil diz que não pode publicar de novo, deputado Kennedy Nunes.

Parece que a festa do dia 31 de janeiro não era para ser completa. Parece que não poderia ter pelo menos uma das vitórias da base e deste mandato deste deputado contra alguns tabus internos da Corporação.

Apelo, mais uma vez, às autoridades e ao governador Raimundo Colombo que nós nos debrucemos para resolver isso, porque isso, inclusive, é motivo de desconforto para este Poder.

Mas, neste um minuto que me resta, quero falar de outro problema. Gostaria de entrar no assunto puxado pelo deputado Renato Hinnig e parabenizá-lo pela posição com relação ao aumento do IPTU aqui na capital e de outros tributos.

É preciso que se fale as coisas aqui nesta Assembleia e alegre-nos que não fiquemos no silêncio que temos estado nos últimos anos.

Mas quero argumentar com o deputado Renato Hinnig que essa política tem também o objetivo macro de retirar desta ilha os pobres e remediados. E isso tem um fundo programático e ideológico que foi pronunciado anos atrás aqui nesta tribuna pelo atual prefeito: Florianópolis para os ricos da Europa e dos Estados Unidos. E nesse mesmo sentido é o espanto, e daí, inclusive, do deputado Renato Hinnig, com pobres no norte da ilha ocupando terras.

Com certeza, voltaremos a este debate, porque é preciso dizer ainda neste pronunciamento que me alegre o espanto da elite desta capital e deste

estado com o fato evidente de que existe pobre sem teto e sem terra aqui na Grande Florianópolis, fato que parece que se quer omitir. Parabéns ao movimento por essa clarividência!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Sargento Amauri Soares, esta Presidência somente gostaria de deixar claro que também ficou estupefata com o fato de termos aprovado uma emenda aqui e não ter sido publicada.

Mas eu tenho em minhas mãos uma carta que foi direcionada ao governo do estado no dia 9 de janeiro de 2014, assinada pelo então presidente deputado Joares Ponticelli, reencaminhando ao governador, para as devidas providências, a alteração da lei com a devida emenda.

Recebemos no dia 20 de janeiro de 2014, assinado pelo secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, um documento dizendo que ele, conforme está regulamentado no nosso Regimento Interno, encaminhou para cá... Isto é a burocracia: nós encaminhamos para lá para dizer que foi publicado errado, que faltou isso daí, e agora ele encaminha para cá. E está direcionando para a comissão de Constituição e Justiça para que possa ver se está certa a redação final. Havendo essa aprovação na comissão de Constituição e Justiça, vai para lá para ser aprovado com essa emenda.

Então gostaria de esclarecer que o expediente foi lido hoje e a comissão de Constituição e Justiça tem o prazo de até três dias para remeter o fato. Como o deputado Mauro de Nadal está aqui, com certeza cuidará de tudo o mais rápido possível. E temos que garantir, na verdade, não apenas a republicação dessa legislação, mas garantir também a todos a promoção, fazendo com que, inclusive, deputado Mauro de Nadal, essa lei seja retroativa para beneficiar a todos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Gostaria de salientar que isento a Diretoria Legislativa, mas também não aponto o dedo para nenhuma autoridade especificamente, porque houve esse esforço. Eu falei com o nosso ex-presidente, deputado Joares Ponticelli, com a autoridade do Poder Executivo, mas, infelizmente, não foi resolvido, foi dada essa barrigada e passou a data de 31 de janeiro. Mas estamos plenamente de acordo com o encaminhamento que v.exa. acaba de pronunciar e que possamos nas próximas semanas, no máximo antes do mês de maio, que é a próxima data de promoção, que essa emenda seja encaminhada retroativa a data de 31 de janeiro, porque é uma questão de Justiça e de legalidade, já que esta Casa aprovou a referida emenda, e por unanimidade.

Então, agradeço a vossa intervenção, sr. presidente, o esforço desta Casa para tentar corrigir esse problema mas, infelizmente, a Casa Civil entendeu diferente e encaminhou para a comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sr. deputado Sargento Amauri Soares, eu não vou fazer a defesa de ninguém, mas o nosso Regimento Interno fala exatamente que a reedição deve passar pela comissão de Constituição e Justiça, e apenas depois de reaberto os trabalhos legislativos, por isso não foi possível ser feito ainda no mês de janeiro. Da mesma maneira como v.exa. cobra os fatos e serem resolvidos, a burocracia nos leva a entender que realmente houve uma falha nossa, e me incluo por ser o primeiro-secretário, mas também isso será refeito da forma mais correta possível.

Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares!

Gostaria de registrar a presença do casal Flávio e Andressa, empresários da cidade de Ibituba, que vieram prestigiar a reabertura dos trabalhos.

Sejam bem-vindos e esta Casa de Leis!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, quero saudar os colegas no reinício dessas atividades de 2014, que será um

ano atípico pelo processo eleitoral de pela Copa do Mundo.

Gostaria de cumprimentar o deputado Romildo Titon, que na sua simplicidade e envergadura, aqui desta tribuna, fez um discurso com conteúdo e transparência ao assumir a Presidência desta Casa.

Também cumprimento o deputado Joares Ponticelli, que cumpriu a palavra abrindo espaço para a posse do novo presidente. E se há algo que não podemos deixar de prezar é a palavra. Isso dignifica o homem público!

Cumprimento também o dr. Nelson Schaefer, pela posse como presidente do Tribunal de Justiça. Não pude estar na posse, mas quero felicitá-lo publicamente porque temos a convicção de que aquela Casa, aquele Poder estará sendo comandado por um desembargador com conhecimento jurídico e compromisso com a Justiça Catarinense.

Terminamos o ano passado fazendo um grande debate sobre a Lei do Duodécimo, que são os recursos que recebem a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça.

Aqui nesta Casa firmamos que esses poderes recebem um valor de recursos que são proporcionais aos percentuais de arrecadação do estado, que em 2013, deputado Ismael dos Santos, representou quase R\$ 2 bilhões.

Essas instituições, continuo afirmando, recebem *per capita* um dos maiores volumes de recursos dos estados da República brasileira e, com as demandas catarinenses, temos que continuar fazendo esse debate. Aqui nesta Casa, depois de aprovarmos esse projeto na comissão de Justiça, deputado Darci de Matos, a quem quero agradecer pela compreensão, que se encontra na comissão de Finanças, com a nossa deputada Luciane Carminatti, queremos continuar o debate para aprová-lo aqui em plenário, tendo em vista que a Assembleia Legislativa devolveu recursos, R\$ 20 milhões, tenho claro que poderia ter devolvido 30, e tendo em vista que o Tribunal de Contas do estado, pela primeira vez, em acordo com o governo, disse que devolveria R\$ 30 milhões. O Tribunal de Justiça

não disse quanto, mas também disse que devolveria, e o Ministério Público, simbolicamente, disse que iria devolver 3,5 milhões.

Eu faço essa reflexão porque assim como eu fui prefeito, o deputado nosso companheiro Silvio Dreveck também foi de São Bento do Sul, e sabemos que representa uma demanda no município os hospitais.

O nosso projeto previa para que as diferenças, deputado Edison Andrino, de devolução fossem colocadas num fundo de atenção hospitalar e prevê isso. Porém, intempestivamente, o governo, depois de sentar com os Poderes e fazer um acordo, surge com um mecanismo mágico de retirada referente Imposto de Renda, que deixou a emenda pior do que o soneto, conduzida pelo secretário Gavazzoni, segundo a imprensa, mas não conversei com ele. E esse movimento todo fez com que os Poderes recuassem na devolução do dinheiro.

Ao mesmo tempo, é importante dizer que todo debate que fiz foi levando isso ao governador, e não sou deputado da sua base, porque o estado precisa investir mais em saúde. Não adianta fazer propaganda do PAC se, efetivamente, temos em Florianópolis UTI fechada, centro de hemodiálise fechado, pronto socorro precisando de profissionais médicos e anestesistas.

Então, estou recuperando esse debate, porque vamos trabalhar para que esse projeto continue sendo aprovado. Até mesmo porque, nas entrevistas que foram concedidas pelo secretário, em nenhum momento ele falou que, do dinheiro devolvido, alguma coisa seria investida em saúde, deputada Ana Paula Lima. Em nenhum momento, deputado Darci de Matos, ele falou que o dinheiro era para o hospital ou que era para atendimento de usuários dependentes químicos, e essa é a lógica do nosso projeto. E em 2013, deputado Kennedy Nunes, se voltarmos aos patamares de 2012, teríamos 329 milhões que o governo não teve para investir em saúde. Então, essa ida e vinda desse recurso mostra uma posição claudicante.

Ao mesmo tempo quero aqui falar sobre a possibilidade e defesa que faço de uma Comissão

Parlamentar de Inquérito, não para investigar ou para questionar, mas para tornar mais transparente o Ministério Público.

Ontem, vi uma matéria que ainda não discuti isso com a minha bancada, mas estou discutindo com os deputados independentes. Não discuti coletivamente na bancada. Eu trabalhei o mês de dezembro e janeiro, fiquei em Florianópolis trabalhando com oito pessoas e vou continuar questionando, deputado Kennedy Nunes, o que é pago acima do teto constitucional, no meu entendimento. Não adianta dizer que é atrasado, porque no Ministério Público nunca faltou dinheiro.

Estranhamente, esta semana, o Portal da Transparência do Ministério Público obscureceu-se. Até dezembro era uma característica, e a partir deste mês de fevereiro, quando temos que ser cada vez mais transparentes para ouvir as vozes das ruas, o portal obscureceu-se. Passou a conjugar o volume de verbas indenizatórias, remuneração indenizatória, as quais não têm contribuição de Imposto de Renda. Em vez de melhorar, piorou. Que justificativa tem para isso?

Eu vou ao Ministério Público, pois sou um cidadão de diálogo e quero discutir transparência. Quero discutir transparência do teto constitucional dos Poderes, assim como fizemos nesta Casa, e questionar publicamente a compra de um prédio no valor de R\$ 123 milhões sem licitação.

No dia 19, saiu nos jornais o valor do depósito de R\$ 30 milhões, de acordo com a Lei de Direito à Informação nos órgãos públicos, data em que protocolei no Ministério Público. E quero agradecer ao procurador Liris Trindade de Godoy pela retirada de quatro volumes, cinco volumes de documentos mostrando a característica da licitação, o formato, o memorial descritivo do prédio da construtora. E passei a analisar tecnicamente e estou convencido de que há equívoco. Qualquer prefeito já teria ido parar na cadeia e teria sido cassado.

Então, ontem, assisti a uma matéria, na televisão, do querido jornalista Paulo Alceu, e

hoje está também no jornal *Notícias do Dia*, cujo título é "Investigar ou desacreditar". Sou um cidadão maduro e muito responsável. A Assembleia possui um conjunto de deputados responsáveis e, em nenhum momento, não queremos desacreditar o Ministério Público, porque quando se fala sobre isso a primeira coisa é desacreditar.

Primeiramente, todos os órgãos são passíveis de fiscalização, e esse é o nosso papel como deputado. Segundo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que nunca mais houve, é um trâmite normal de uma Assembleia decente e responsável. Caso tenhamos questionamento a formatos, é uma coisa, mas para evitar equívoco qualquer vamos fazer o seguinte: vou protocolar um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa para apurar. Não sei se vou conseguir as 14 assinaturas, mas é o meu papel fazer o debate.

Por que vou protocolar? Exatamente porque quero transparência. Exatamente porque quero que a comissão de Ética da OAB venha acompanhar. Quero que o Conselho Nacional de Justiça do Ministério Público de Brasília venha acompanhar e diga-me se estou errado. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito apurar que está tudo normal, a vida segue.

Então, em nenhum momento quero desacreditar, não tem nenhum episódio ou motivo de revanchismo para isso, nem de espírito de vingança, porque se cada vez que for mexer ou fazer uma fiscalização num órgão desses ou no Tribunal de Contas com espírito de vingança não é revanchismo, não é, em hipótese nenhuma, é transparência pública.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas registrar a presença nesta Casa dos nossos amigos da Associação Beneficente de Imbituba, que nos dão o prazer de conhecer a Casa nesta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado. Sejam todos bem-vindos!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. Presidente, nobres srs. deputados e deputadas, no ano passado, sr. presidente, levantei nesta Casa um assunto referente à regularização de trapiches, marinas, decks, em todo o Brasil.

Todos nós sabemos que o litoral de Santa Catarina possui centenas e milhares de trapiches, marinas, em todos os balneários, na minha Lagoa da Conceição, em Laguna, Porto Belo, Balneário Camboriú. E todos não tinham uma legislação que regulamentava a construção desses equipamentos. Assim, 90% ou mais desses equipamentos são irregulares. E o SPU - Secretaria Nacional do Patrimônio da União - baixou a Portaria n. 404/2012 permitindo a regularização desses trapiches. Mas, sr. presidente, o art. 9 dessa portaria é de uma burocracia tamanha que impossibilita a regularização desses trapiches.

Fizemos naquela oportunidade expediente para que se prorrogasse a vigência dessa portaria, porque no art. 17 dizia que as pessoas teriam até o final do ano para regularizar, ou seja, quem não regularizou até o final do ano, conseqüentemente ficou irregular e ficou sujeito a uma demanda do Ministério Público Federal para colocar no chão esses equipamentos.

Imaginem centenas e milhares de pescadores que dependem desse equipamento para puxar o seu barco, para desembarcar o seu pescado, para usar comercialmente. Esses trapiches, além de ter uma função residencial, têm uma função socioeconômica.

Fomos a Brasília e lá fizemos um apelo ao setor jurídico do ministério do Planejamento, mais precisamente da secretaria Nacional do Patrimônio da União, para que se prorrogasse essa portaria.

Quando se faz um requerimento ao SPU, ou antes de entrar com o requerimento, o proprietário

precisa de uma autorização da Fatma, da aprovação da prefeitura, da aprovação da Capitania dos Portos, porque diz respeito à navegabilidade. E depois tem que ter a aprovação do SPU de Santa Catarina. Antes disso, já tem que se fazer uma planta que só é feita por topógrafo, com uma série de exigências com respeito à medição, altura, tamanho, fotografia, enfim, é uma série de requisitos.

A Fatma resolveu cobrar indevidamente R\$ 5.000 para analisar e aprovar cada requerimento. E estive conversando com o presidente da Fatma e expliquei que a Fatma estava errada em cobrar esse valor, porque os trapiches não são estruturas náuticas de grandes marinas. Inclusive levei uma série de portarias explicando que estavam errados em cobrar. Alguns juristas concordaram e outros não.

Tenho absoluta certeza de que mais de 70% dessas pessoas que têm esses equipamentos náuticos não têm condições de pagar R\$ 5.100 para a Fatma. As próprias prefeituras não têm estrutura de pessoas para visitar todos esses equipamentos. Já não devia nem ser ouvida a prefeitura, porque o poder municipal não legisla sobre ocupação náutica. Isso é competência da esfera federal. O setor jurídico da prefeitura não tem competência para legislar sobre ocupação de lâmina d'água. Isso é de competência do Ibama.

Dá-se entrada na prefeitura. A prefeitura recebe o requerimento, encaminha-o para a Floram que leva de um a dois meses para analisar. Sabemos que a Floram responde que não tem nada a opor, porque não é sua competência, e encaminha para o IpuF. Veja v.exa. a burocracia criada para legalizar esses equipamentos. Passada a prefeitura, vem a Fatma, onde o requerimento fica parado porque a grande maioria não pode pagar R\$ 5.000,00. Depois, vai para a Capitania dos Portos e para o SPU.

Então, não legalizaram 1% dos trapiches das marinas de Santa Catarina e provavelmente do Brasil. Assim, em função de todos esses dados que acabei de colocar e também da omissão do governo

federal que nem respondeu ao requerimento aprovado nesta Casa no ano passado por unanimidade pelos srs. deputados, para que prorrogassem a vigência dessa portaria, estivemos no SPU, em Brasília, fazendo essa solicitação pessoalmente e não responderam também. Trata-se de um descaso com esta Casa. Acho que isso já é praxe no governo federal. A ANTT não respondia nada desta Casa, e agora o SPU está com a mesma mania, ou seja, também não responde nada desta Casa.

Já estou com um requerimento pronto, solicitando uma audiência pública com o governo federal, o SPU de Santa Catarina, alguns técnicos juristas de Brasília, as prefeituras, a Fatma, a Capitania dos Portos e as entidades civis interessadas neste assunto. Queremos fazer essa audiência pública ainda durante o mês de fevereiro, para que essas pessoas possam definitivamente regularizar os seus equipamentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de fazer um registro sobre a BR-280. É impressionante o quanto se fala, o quanto se discute, mas não se faz nada com relação à BR-280. Sempre digo aonde vou que somente vou acreditar que vai funcionar quando eu ouvir e ver as máquinas roncando na BR-280.

Já foi licitado o trecho da estrada de Jaraguá do Sul; depois tem a questão da instalação dos canteiros e outras coisas. Uma das empresas que ganharam um dos lotes para o lado de Jaraguá do Sul questionou na Justiça a empresa ganhadora do lote para o lado de cá, que vai para São Francisco do Sul. E parou tudo por conta desse questionamento. Essa empresa alegou que a empresa ganhadora do lote da BR-101 para São Francisco do Sul não atende aos preceitos estabelecidos por

conta de não ter patrimônio suficiente para o valor da obra. E parou tudo.

Por conta disso, estamos todos nós assistindo a essa peleia judicial, como diz o ditado, e enquanto estamos nessa briga judicial ficamos todos assistindo a essa verdadeira loucura que é a nossa BR-280 principalmente no verão. Somente quem tem casa na Barra do Sul, na praia do Ervino, na praia da Enseada, na praia de Ubatuba, na praia do Capri e também quem mora naquela região, em Araquari, na Barra do Sul, em São Francisco do Sul, sabe o que significa o que estamos falando. Quem trabalha, quem precisa estar em São Francisco do Sul todos os dias é que sabe do que estamos falando.

Não sei se o deputado Silvio Dreveck e o deputado Kennedy Nunes estiveram conosco em algumas das reuniões que tivemos em Brasília, mas é impressionante como se fala besteira, asneira. Eu já digo asneira, porque estivemos conversando com o ministro, com pessoas que têm o poder de dizer se vai acontecer ou não, e essas pessoas cansam de dizer para as pessoas que estavam ali, não somente políticos, mas representantes comerciais e industriais da região, dizer candidamente que vai sim, que as máquinas estarão trabalhando. Se fôssemos acreditar no que falaram nós já estaríamos com parte dessa BR-280 pronta.

Tenho conversado com o secretário da Infraestrutura sobre o asfaltamento daquele acesso à Barra do Sul pelo Itapocu. E o deputado, secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini falou várias vezes, não foi uma ou duas vezes, falou textualmente para este deputado que pelo menos 5Km asfaltaria até o mês de dezembro, da saída do pedágio em direção à Barra do Sul. Pelo menos 5Km ele asfaltaria e acabaria com o tormento de toda a região. E conversamos com todo o pessoal da região e dissemos que o secretário asfaltaria ali.

Não paramos somente nisso. Viemos com esse pessoal da região, fizemos uma reunião com o secretário e foi marcado um almoço para comemorar o asfaltamento desses 5Km em direção à Barra do

Sul. Esses 5Km seriam para amenizar a vida daquela gente que come poeira o dia inteiro e quando chove come lama. Um problemaço.

Eu ainda, neste ano, não tive a oportunidade de conversar com o secretário da Infraestrutura e não sei se ainda pode fazer. Mas se não fizer, vou chamar o secretário de mentiroso. Eu vou. Eu vou lá. Eles são testemunhas, estiveram comigo, todo o pessoal daquela região esteve comigo, porque se não fizerem aqueles 5Km de asfalto que foi prometido para as pessoas, para este deputado, para o vice-prefeito de Araquari, pelo menos 5Km, ali, isso é fato... O secretário disse isto para mim: Isso é fácil, fica tranquilo, isso será fácil fazer.

Nós já estamos no mês de fevereiro. E não vou passar por mentiroso. Se não sair, eu vou chamar de mentiroso, textualmente, o secretário da Infraestrutura, lá, naquela região. Vou fazer uma reunião lá e vou chamá-lo de mentiroso. Vou chamá-lo de mentiroso, porque prometeu não somente para mim, mas para toda a comunidade que estava presente na reunião com ele, lá.

Então, vamos aguardar, porque tem projeto e uma cópia dele está na minha mesa. Inclusive a original está com o secretário. Mas vamos aguardar para ver o desfecho disso. E ainda quero acreditar que o secretário Valdir Cobalchini vá cumprir a sua promessa. Ainda quero acreditar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Neste primeiro pronunciamento do ano tenho que ser econômica em virtude de ter apenas cinco minutos para o meu partido, mas quero iniciar exatamente tratando do tema já suscitado pelo

deputado Renato Hinnig, que também é aqui representante da Grande Florianópolis.

O assombro essa mudança do IPTU que teve aqui em Florianópolis. E lembrou-me inclusive o deputado, já que a minha memória não me ajudava, das passeatas que foram feitas pelo então DEM, que o prefeito Cesar Souza Júnior integrava pelo "Xô CPMF", "impostômetro", enfim, uma série de iniciativas.

Curiosamente existe uma iniciativa também que conjugou um projeto de lei criando três cargos de diretoria na Comcap, que é a companhia de melhoramentos da capital, que faz a limpeza pública aqui em Florianópolis, de R\$ 15 mil cada um. Então, o prefeito aumentou o IPTU, aumentou o ITBI, não discutiu com ninguém isso e propôs que a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovasse o projeto de lei criando três cargos na Comcap, de R\$ 15 mil cada um, de três diretorias, incluindo uma de *marketing*.

Ontem, tive uma reunião muito boa, em Palhoça, com o nosso partido lá. E um dos integrantes do nosso partido, que é um servidor da Comcap, disse que os "tourinhos", que são os que fazem a limpeza das ruas, estão parados porque há peças de R\$ 9,00 que não foram repostas. E o governo se apressa a criar um projeto de lei.

Tenho evitado usar esta tribuna para tratar de Florianópolis, porque parece reeditar uma discussão de que a Capital teve a oportunidade de fazer, e fez, as suas escolhas em 2012. Mas a minha tarefa de parlamentar me obriga que possamos debater esse tema, trazer à luz esse tema.

Depois de muitos anos de atividade partidária, pela primeira vez este ano, de fato, tirei férias. Fiquei com os netos, os filhos, a família, em casa, e quando voltei estava esse burburinho em torno do IPTU. Mas eram as grandes entidades que estavam discutindo isso, e a impressão que me passou, pelo que o prefeito dizia, era de que a Beira-Mar e o Jurerê Internacional iriam ter uma hecatombe em torno do IPTU, e o resto da cidade ficaria muito bem. E não é isso que se viu.

Moro agora no Córrego Grande e como mulher que sou frequento um pequeno salão de beleza, a manicure do bairro, e é impressionante o que aumentou o IPTU dessa população que, sim, tem dificuldade já hoje para fazer frente aos seus impostos.

Ainda tão significativo quanto o produto final disso é ver com grande tristeza - e vários de vocês já foram vereadores, assim como eu, em Florianópolis, num momento difícil, à época da "Operação Verde" aqui, na capital - uma Câmara aprovar temas tão relevantes sem discussão. Por isso, o PCdoB inclusive votou contra esse projeto de lei que aumentou o IPTU, não pelo projeto necessariamente, mas porque ninguém sabe o que tinha sido aprovado, tanto que a prefeitura colocou uma possibilidade de simulação do novo IPTU na sua página e retirou, porque as pessoas começaram a se dar conta que é para todo mundo esse aumento.

Se formos corrigir o ITBI e o IPTU desde 1997, devemos a esse mesmo povo resolver todos os problemas da cidade que estão acumulados desde 97, como a falta de vagas nas creches, os problemas de entrada nas portas de entrada do SUS, que são os postos de saúde, os problemas de mobilidade, de fiscalização na nossa cidade. Mas se não temos condições de fazer isso em um ano, não é justo também que se corrija hipoteticamente, porque a realidade mostrou que são diferentes também todos os tributos de uma vez só.

Tenho a convicção de que podemos trazer esse debate ainda mais à luz. As entidades que tomaram frente a isso trouxeram suas perspectivas de que quem aqui, nesta cidade, desenvolve suas atividades e produz economicamente, que é responsável pelo desenvolvimento da nossa cidade, mas também as pessoas simples da nossa cidade, terão uma sobrecarga.

Por isso, o PCdoB, através do seu vereador Matheus Junge, apresentou um projeto de lei para revogar o aumento do IPTU e do ITBI, como já havíamos anunciado na semana passada, fruto de

decisão partidária. E o vereador vai cumprir sem mexer na cota social.

A disposição do PCdoB não é anular completamente esse reajuste, mas possibilitar o debate, que ao longo deste ano possamos discutir, de fato, o que aconteceu, porque a Câmara de Vereadores aprovou um projeto que não conhecia o seu impacto. E o prefeito remeteu um projeto, fez uma medida midiática muito grande, mas acabou afetando o povo de Florianópolis.

Por isso, o PCdoB, na Câmara de Vereadores, através do nosso mandato, está pedindo a revogação desse artigo. E tomara que os outros vereadores também nos acompanhem nisso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado sr. presidente.

Sr. presidente, srs. deputados, é uma satisfação poder retornar para este 4º ano de mandato, e lá se foram três anos de caminhada no Parlamento catarinense.

Cumprimento os nossos ouvintes da Rádio Alesc, aqueles que nos acompanham pela TVAL e os que se fazem presentes nesta Casa.

Quero dizer, inicialmente, deputado Kennedy Nunes, da satisfação, já que estamos falando em nome do partido, em poder homenagear o nosso deputado Onofre Santo Agostini que pela revista Veja foi o único deputado, entre os 513 deputados federais, que alcançou nota dez. Como diziam antigamente, dez com estrelinhas. Meus parabéns ao deputado Onofre Santo Agostini que foi deputado por seis vezes, sete vezes, neste Parlamento.

Tive a oportunidade, deputado Kennedy Nunes, de ser suplente do deputado Onofre e trabalhar em seu gabinete durante dois meses.

Ele foi um excelente professor, que marca história em Santa Catarina. E é orgulho para todos nós ter alcançado essa média avaliada por jornalistas, enfim, pelos colaboradores da revista *Veja*.

Tivemos 45 dias de recesso legislativo e não paramos, assim como os demais deputados, visitando as regiões, visitando as bases, fazendo com que o nosso mandato pudesse acolher as demandas da sociedade catarinense para as atividades deste ano de 2014. E como tenho feito ao longo desses três anos nesta Casa, não será diferente neste ano, agora com mais intensidade, na condição de presidente da comissão de Combate às Drogas, tomarmos novamente as rédeas desse debate.

Preciso registrar antes disso o encontro que aconteceu no dia de ontem na secretaria da Segurança Pública, com o secretário César Grubba, e o prefeito de Blumenau, junto com o secretário Regional Cesar Botelho, para discutir a questão da segurança no vale do Itajaí e a questão do efetivo, do monitoramento eletrônico, a questão da penitenciária.

Felizmente os recursos chegaram. O pior presídio, deputado Sargento Amauri Soares, de Santa Catarina está em Blumenau, deputada Ana Paula Lima. E esperamos que de fato já com o terreno adquirido, no valor de R\$10 milhões, a obra possa sair, na parceria inclusive com o Ministério da Justiça, com o governo federal, para termos essa solução para a população carcerária no vale do Itajaí.

O *Jornal de Santa Catarina* traz uma manchete que não é novidade para nenhum de nós, mas eu preciso reprisar aqui.

(Passa a ler.)

"90% dos traficantes presos portam *crack*". É a manchete de jornal que coloca que a droga que lidera o número de prisões por tráfico, em 2013, está disseminada em todos os bairros da cidade, no caso, Blumenau, segundo a Polícia Civil, mas enfatizando o grande desafio do *crack*.

Fizemos várias audiências públicas em Santa Catarina e chegamos a esse número um tanto

assustador de pelo menos 50 mil usuários de *crack* em nosso estado. Isso é um desafio não só nas grandes cidades, mas também nos pequenos municípios.

Preciso, deputado Kennedy Nunes, destacar a acolhida do nosso governador Raimundo Colombo que inclusive citou ontem no seu discurso o Programa Reviver que felizmente saiu do papel e tornou-se realidade. A deputada Ana Paula Lima faz parte da nossa comissão, e estamos agora buscando uma parceria com o Ministério Público, que vai estar conosco nessa caminhada. Mas no último dia 22 de janeiro, data histórica para Santa Catarina, começaram a ser pagas as primeiras vagas, financiamentos de 430 vagas em nosso estado, portanto, 43 unidades terapêuticas, lembrando que cada unidade pode financiar até dez vagas, conforme os critérios estabelecidos pela RDC n. 29, lei federal que regulamenta o funcionamento de uma comunidade terapêutica.

Quero parabenizar a coragem, a ousadia, a determinação do governo do estado em fazer essa parceria junto com a Fapesc e a Fapeu, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, da Universidade Federal de Santa Catarina, portanto, um programa de inovação tecnológica e de resultado prático de combate e prevenção às drogas.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Ismael dos Santos, cada vez que v.exa. aborda esse assunto, presto uma atenção especial, porque a raiz desses problemas que temos relacionados à segurança pública estão relacionados principalmente com as drogas.

Todos sabemos que se não fossem as drogas não teríamos tantos problemas com segurança como temos no nosso estado e no país. E vejo v.exa. envolvido com isso o tempo inteiro, inclusive já escreveu vários livros sobre esse tema, está também envolvido na comissão desta Casa. Até quero parabenizá-lo pela sua dedicação a esse tema.

Por conta disso, gostaria de sugerir que se colocasse na pauta de discussão, e estou disposto a formar filas com isso, no sentido de termos nas escolas disciplinas específicas para tratar desse assunto, porque tirar um drogado desse submundo em que ele se envolve é difícil. E v.exa. sabe que de 100 pessoas se tira duas, três ou quatro, enfim, é muito difícil.

Por isso, acho fundamental preservarmos aqueles que ainda não entraram nesse submundo, principalmente as nossas crianças, os nossos adolescentes. E as disciplinas nas escolas seriam importantes e fundamentais para orientar, explicar, mostrar em vídeos etc.

A Polícia Militar faz um trabalho muito profundo sobre isso, e até temos que tirar o chapéu, sobre a questão da segurança nas escolas, porque esses traficantes rondam as nossas escolas públicas por esse estado inteiro, sempre à cata de mais uma vítima. E as nossas crianças, os nossos adolescentes, são presas fáceis e, por isso, precisamos ter segurança nas escolas.

As escolas não têm segurança. Se formos a uma escola estadual, em qualquer município do nosso estado, vamos ver que não temos policial militar, não temos gente cuidando das crianças no entorno dessas unidades escolares. Portanto, precisamos também atentar para esse fato. E tenho certeza de que v.exa. é sensível a isso e muito provavelmente já deve ter tocado nesse assunto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito grato, deputado Nilson Gonçalves. De fato elegemos o ano de 2013 como o ano da reabilitação, e o ano de 2014 será o ano da prevenção. Nós vamos enfatizar isso na nossa comissão.

Eu conversava há pouco com o nosso novo presidente, deputado Romildo Titon, de que queremos destacar na nossa ação como comissão essa palavrinha tão pequena mas tão poderosa e a mais importante de todo esse processo de combate ao uso e ao abuso de drogas, que é a prevenção. E vamos fazer isso fortalecendo o Proerd.

Eu conversava ontem, também, com o nosso secretário César Grubba sobre a questão de

fortalecer o Proerd, os nossos monitores e a parceria com as escolas, com os educandários, com as associações, com as igrejas, enfatizando a questão da prevenção.

Por último, quero dizer que em relação ao Programa Reviver qualquer catarinense tem acesso, deputado Ciro Roza, via *online*, internet aos sites da Fapesc e da Fapeu, para saber qual é a comunidade mais próxima da sua casa, da sua cidade, onde estão sendo oferecidas essas vagas gratuitamente para quem busca a reabilitação de dependência química, num programa que pode durar de seis até nove meses, num financiamento de R\$ 1.000,00 por vaga. Quero lembrar que cada comunidade pode patrocinar até dez vagas, conforme as normas da RDC. É um valor considerável para se manter, principalmente, a folha de pagamento dessas comunidades.

O Conen, que faz o seu trabalho de fiscalização com toda a legitimidade, chegava lá na casa e dizia que estava faltando uma lixeira com pedal, que estava faltando um assistente social. E a contrapartida? O que o governo está fazendo?

Então, felizmente, deputada Luciane Carminatti, que tem sido nossa incentivadora nesse processo, estamos dando a resposta. Dia 22, o programa iniciou com 430 vagas financiadas, há todo um processo de comunidades que estão sendo avaliadas e analisadas pelos técnicos da Fapesc e da Fapeu e prossegue o processo até chegarmos ao patamar de pelo menos 1.000 vagas. Eu lembro que em Santa Catarina cerca de 140 comunidades terapêuticas oferecem em torno de 3.000 vagas.

Portanto, o governo do estado está oferecendo 1/3 dessas vagas. E já há uma parceria agora com o Programa Crack, é possível vencer, de financiamento também nessas comunidades terapêuticas com a seguinte condição: o interno que está sendo financiado pelo Programa Reviver não poderá ser pelo programa federal nem por programas municipais, por algumas prefeituras que investem também na reabilitação de dependentes

químicos, para que não haja uma sobreposição de financiamento.

Então, isso é feito através do CPF do interno, de uma forma muito científica, como disse, acadêmica, cabendo a esta Casa fiscalizar, monitorar e incentivar esse programa que é inédito em Santa Catarina e um dos poucos no Brasil. São Paulo tem alguma coisa parecida, mas eu destaco aqui o programa de Minas Gerais que tem sido referência, modelo inclusive, e fomos buscar algumas matrizes para seguirmos a forma de controle e coordenação de todo esse processo.

Mas é com muita satisfação, com muito entusiasmo que assomamos à tribuna para dizer, finalmente, que o programa Reviver se tornou uma realidade para o financiamento público de vagas em Santa Catarina pelo nosso governo estadual.

Precisamos ainda dar um grande passo. Além da questão da prevenção, queremos criar o 0800, para que de qualquer parte do estado de Santa Catarina, seja na divisa com a Argentina e Itapiranga, seja no sul, em Passos de Torres, na divisa com Rio Grande do Sul, a família que precise internar um ente querido possa ligar para esse 0800 e saber como encaminhá-lo, o que fazer, qual o cronograma a ser cumprido para que de fato as nossas famílias sejam atendidas à altura, a fim de darmos alento e esperança àqueles que estão envolvidos com o problema da drogadição.

Obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que preside esta sessão, sra. deputada Luciane Carminatti e srs. parlamentares, a minha saudação a todos nesta quarta-feira, bem como aos catarinenses.

Esta é a primeira sessão ordinária desta Casa, sendo que nós, parlamentares, já executamos o nosso trabalho. Os trabalhos já abriram na segunda-feira, mas pela primeira vez estamos utilizando esta tribuna.

E a quem eu não tive a oportunidade ainda de cumprimentar, quero desejar um maravilhoso 2014 abençoado, iluminado e muito estrelado.

Saúdo também todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Quero dizer, neste horário destinado à bancada do Partido dos Trabalhadores, que durante este ano de 2014 a bancada do PT e este Parlamento vão trabalhar muito para garantir que Santa Catarina transforme-se num estado que cresça distribuindo renda e gerando oportunidade para todo povo catarinense.

Num primeiro momento, srs. deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos manifestar a indignação de toda nossa bancada com o atentado a casa do prefeito Décio Góes, de Balneário Rincão, que é do nosso partido.

A bancada do Partido dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina solidariza-se com o prefeito do município de Balneário Rincão, ex-deputado desta Casa - ele foi parlamentar juntamente conosco -, em decorrência do atentado que sofreu no último dia 31 de janeiro, quando cinco tiros foram disparados contra a sua residência.

É lamentável que ainda nos dias de hoje, no ano de 2014, tenhamos que presenciar uma tentativa de assassinato e intimidação de um prefeito em nosso estado.

Não podemos tolerar essa prática vil e criminosa que recentemente tem-se repetido contra as lideranças do Partido dos Trabalhadores, deputada Luciane Carminatti". Nós vivenciamos, no ano passado, o falecimento do vereador do município de Chapecó, Marcelino, e até hoje há dúvidas sobre esse caso. Nós entendemos que foi, sim, um assassinato!

Por isso que pedimos ao secretário da Segurança Pública, César Grubba, que disponibilize ao prefeito Décio Góes segurança até que esse caso seja resolvido.

(Continua lendo.)

"A bancada do Partido dos Trabalhadores envidará esforços junto à secretaria de estado da Segurança Pública" - e como já mencionei no dia de ontem, conversamos, mais uma vez, com o secretário sobre esse caso - "para que a investigação seja intensificada e os transgressores possam ser exemplarmente punidos.

Todos nesta Casa conhecem o prefeito Décio Góes, de Balneário Rincão. Todos o respeitam e sabem dos seus compromissos com a democracia." Esse atentado precisa ser esclarecido até para não virar rotina, já que outras vezes já aconteceram situações dessa natureza. E por falta de segurança não foram ainda determinadas ações mais exemplares.

Srs. parlamentares, queremos dizer que fizemos uma indicação, e que vai ser lida posteriormente na Ordem do Dia, pedindo que esse documento seja realmente anexado e enviado ao secretário da Segurança Pública, apesar de já termos feito isso de forma verbal.

(Continua lendo.)

"Em segundo lugar, queremos nos manifestar sobre os desafios que a bancada do Partido dos Trabalhadores se propõe a construir em 2014.

Gostaria de dizer que 2014 será um ano de inúmeros desafios, um ano diferenciado, um ano de Copa do Mundo, um ano eleitoral, mas também de muito trabalho. Vamos cobrar do governador Raimundo Colombo a realização das prometidas obras que por enquanto somente figuram em propagandas: as obras do Pacto por Santa Catarina; as obras das estradas estaduais - e estamos vivenciando que está horrível trafegar - que não foram recuperadas como anunciavam as propagandas; as obras na área da Saúde.

(Continua lendo.)

"Precisamos tirar o estado da UTI na saúde pública: um estado que não valoriza os

trabalhadores da área da saúde, privatiza serviços e deixa a população sem atendimento adequado." Isso está no Pacto pela Saúde e nós ainda não vivenciamos nenhuma ação.

O mesmo podemos falar também sobre a Segurança Pública. A cidade de Blumenau e região estão vivendo um estado de insegurança e sua população está apreensiva. É isso que queremos cobrar durante todo este ano.

Nos anos passados também já cobramos investimentos para o aumento do efetivo, que ainda não aconteceu.

O deputado Ismael dos Santos mencionou nesta tribuna o presídio de Blumenau, que é um dos piores estados de Santa Catarina e acho que perde apenas para o presídio do Maranhão. Todos têm que conhecer aquela realidade sobre a tão prometida penitenciária. Também gostaria de averiguar a compra daquele terreno, que acho, está superfaturado. Mas acho importante discutirmos esse assunto da penitenciária em Blumenau até porque envolve recursos do governo federal que estamos propensos a perder tendo em vista a morosidade do governo.

(Passa a ler.)

"Agora nós visualizamos também a série de ataques a bases da polícia que nos alertam para uma possível onda de ataques produzidos pelo crime organizado.

Santa Catarina vivenciou em 2012 e 2013 duas ondas de ataques que levaram o terror a dezenas de municípios. Esses sinais precisam ser trabalhados pelos órgãos da Segurança Pública.

Ainda em relação à Segurança Pública nos causou muita estranheza a postura da secretaria de Segurança Pública, que não aceitou a doação de dois helicópteros modelo Bell 412, disponibilizados pelo governo federal.

Vamos questionar o governador do estado na comissão de Segurança Pública desta Casa porque isso ocorreu. Em 2012 a Polícia Federal em Brasília comprou dois helicópteros novos. Ela operava com o Bell 412, o mesmo modelo utilizado

pelas principais polícias do mundo, como a de Nova York.”

A Polícia Federal resolveu doar os dois aparelhos para algum estado da federação interessado, sem nenhum custo para a transferência do patrimônio, orçado em R\$ 30 milhões. Causou-me estranheza essa negativa por parte do governo do estado porque houve um pedido para que essa doação fosse feita. Foi assinado, inclusive, um termo de cooperação entre a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública. Esse pedido foi oficializado, saiu no Diário Oficial da União no final de 2012 e agora o estado de Santa Catarina não quer mais os aparelhos. Não entendo situações desta natureza. Parece que não há consenso também no gerenciamento dessas personalidades que integram o grupo de trabalho. Essa situação precisa ser explicada, o nosso estado convive com incêndios, com enchentes, com acidentes de trânsito, com deslizamentos, com catástrofes naturais e helicópteros auxiliariam bastante. Primeiramente o governo se compromete em receber os helicópteros e depois rejeita a oferta.

São situações como essas que colocam a bancada do PT desta Casa numa posição crítica em relação ao governo estadual, já que temos que ter governabilidade e ficar atentos ao que a população de Santa Catarina tem cobrado.

E nesse primeiro momento, na primeira fala como líder da bancada, norteando o que vamos fazer durante, gostaria de dizer que vamos cobrar, sim, o Pacto por Santa Catarina dos recursos que vieram para o estado e que nem 10% foram utilizados nas obras que foram mencionadas pelo governador Raimundo Colombo em todas as áreas, senhoras e senhores, como Saúde, Educação, Segurança Pública e Infraestrutura. É isso que estamos vivenciando em propagandas durante todo o ano passado e que não foi concretizado.

O Parlamento catarinense, sr. governador, foi célere na aprovação de todos os projetos de origem governamental que foram encaminhados a esta Casa para os financiamentos, para a liberação dos recursos. E queremos que o governo do estado de

Santa Catarina seja ágil, seja célere como foi o Parlamento catarinense na liberação desses recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. fez uma manifestação referente à BR-280, problemas que se arrastam há uma década, e quero aqui endossar as suas palavras. Digo também que acredito que vai mais uma década, lamentavelmente, porque defendi sempre a concessão dessa rodovia para dar mais agilidade, para dar mais celeridade e resolver essa situação.

V.Exa. se manifestou com muita propriedade, porque conhece bem a região, e também tenho conhecimento de que é praticamente intransitável principalmente agora na temporada. E não afeta só os turistas, afeta as pessoas que vão trabalhar, que se deslocam de Joinville a São Francisco, à Barra do Sul, Araquari e assim por diante.

Conheço também a situação que v.exa. manifestou aqui, da via que vai à margem do rio Itapocu e sai na BR-101, que é, na verdade, uma segunda alternativa, porque Barra do Sul fica praticamente com acesso pavimentado, que chega à sede do município e parou, é o fim da linha. Aquela outra rodovia é intransitável, porque é uma estrada de chão, enfim, quando chove ou quando está muito seco também se torna inviável transitar por lá.

Vou torcer para que v.exa. tenha sucesso nesse compromisso do secretário, que possa melhorar, evidentemente não só para aqueles moradores, mas para que todos aqueles que vão à Barra do Sul, para que tenham essa alternativa um pouco mais facilitada de se deslocar daquele município.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vi aqui várias manifestações no dia de hoje e quero fazer um registro. Não é uma contestação partidária de governo A ou governo C, entretanto não podemos ficar omissos diante do que está acontecendo no Brasil.

No dia de ontem, tivemos um apagão energético em 11 estados brasileiros. Há mais de cinco anos tenho manifestado nesta Casa que a matriz energética brasileira, se não está comprometida, no mínimo é preocupante.

Tenho defendido e continuo defendendo uma das fontes de energia através das usinas hidrelétricas. Temos a eólica, que é uma boa alternativa, que em grande parte tem implantada as torres, mas sem as linhas de transmissão.

Agora, ainda para completar, o uso das termoelétricas, que é uma energia mais cara, mais suja, mais poluente, e as nossas hidrelétricas estão aí se arrastando por conta de líderes que utilizam, líderes que são, na grande maioria, ideológicos, ou de uma posição que nada se pode fazer no Brasil, que não se pode fazer uma hidrelétrica porque vai ter impacto ambiental.

Por outro lado, não se pergunta se o pacto ambiental da energia do petróleo não é mais prejudicial do que o impacto do alagamento. E esses líderes se utilizam ora de alguns indígenas, ora de alguns quilombolas, ora com o apoio da Funai, e essas construções vêm se alastrando, mas temos que admitir que o Brasil está no limite da sua produção energética.

Ao mesmo tempo, não temos dinheiro para fazer frente a essa importante e indispensável fonte ou à matriz energética, melhor dizer assim, obviamente que as concessões, no meu modo de ver, são mais saudáveis. E o próprio governo em si não tem recursos para a saúde, para as nossas ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, mas, interessante, tem dinheiro, deputado Nilson Gonçalves, para construir um porto lá em Cuba. Alguma coisa não está fechando nesse fluxo de caixa do governo brasileiro, uma vez que o dinheiro vem dos impostos de cada um de nós, e

temos prioridades e mais prioridades para investir em nosso país, coisa que não vem acontecendo.

Reclamamos da saúde, é verdade, mas ao mesmo tempo não se ajusta a tabela SUS para os serviços prestados pelos hospitais, pelos médicos, eis que desde 1997 não se reajusta a referida tabela. Portanto, temos uma inflação de 160% que correu todos esses valores que praticamente são insignificantes, mas repito: para isso não tem dinheiro, mas construir um porto que para mim não tem justificativa nenhuma lá num país que é totalitário, e o nosso dinheiro do BNDES está indo para essa atividade, é lamentável.

Obrigado, sr. Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0357/2013, de entidade social encaminhando relatório de atividades para a manutenção do título.

Comunica, igualmente, que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0618/2013 e 0688/2013, todos de entidade social encaminhando relatórios de atividades para a manutenção de título.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0001/2014, 0002/2014, 0005/2014, 0006/2014, 0007/2014, 0008/2014, 0009/2014, 0010/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0003/2014, 0004/2014, de autoria do Antônio Aguiar e 0011/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0006/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0007/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig e 0008/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Pedido de informação n. 0001/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes às escolas classificadas na fase

estadual do Programa Atleta na Escola, do ministério da Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu já tinha feito uma consulta à mesa, imagino que um dos assuntos que quero pautar com v.exa. também já seja tema seu, que é a questão da CPI das Águas.

Nós estamos desde o começo do ano passando tratando desse assunto. Nós chegamos a uma decisão final sobre isso, que vai atingir apenas o município de Palhoça. Mas os partidos não têm indicado os nomes. Eu tenho sido muito cobrada sobre o andamento dessa CPI que sequer foi instalada, porque os partidos não entregaram os nomes.

O segundo ponto é o compromisso que firmei com o ex-presidente, deputado Joares Ponticelli, no último dia de votação desta Casa, em torno da votação do Código Florestal, de reunirmos todas as emendas num novo projeto, para que ele tramitasse, com a tranquilidade que o assunto exige, por todas as comissões regularmente. Peço a v.exa. que a Mesa dê andamento ao compromisso de recolher essas emendas e propor em nome de todos os líderes o projeto de lei que vai discutir alguns pontos do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com relação à CPI, já estava aqui na pauta para que pudéssemos fazer mais uma vez uma cobrança às lideranças das bancadas do PSDB, do PP e do PSD. Ouvi aqui por muitas vezes o ex-presidente deputado Joares Ponticelli fazendo esse apelo para

que as bancadas indicassem os nomes para compor essa CPI que está desde 06/11/2013.

Portanto, faço mais um apelo aos líderes das três bancadas para que até amanhã no horário do expediente da mesa. E se os líderes não indicarem, esta Presidência vai indicar os líderes das bancadas.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTIECLLI - Tem razão a deputada Angela Albino e v.exa. também. Com relação ao PP, quero me comprometer a conversar com o nosso líder, para que a nossa bancada já resolva a sua indicação. Especialmente para informar à deputada Angela Albino e ao plenário que o acordo que fizemos na última sessão do ano passado, de apresentarmos na primeira sessão deste ano aquelas emendas todas, ou seja, um novo projeto de lei de revisão do Código Ambiental, para que aquelas emendas possam ser debatidas nas comissões, está cumprido. É o PL n. 006/2014, que aqui aparece como de minha autoria, porque v.exas. se lembram que foi esse o acordo assinado, o acordo de todos os líderes e de todas as bancadas.

Portanto, a matéria começa a tramitação regulamentar a partir de hoje, honrando o compromisso que assumimos aqui na última sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com essa explicação do deputado Joares Ponticelli, acredito ter respondido às duas questões de ordem da deputada Angela Albino.

Também quero fazer um comunicado a todas as bancadas.

"De acordo com o que dispõe o art. 30 do Regimento Interno, esta Presidência comunica o número de vagas que cabe a cada bancada ou bloco parlamentar para a composição das Comissões Permanentes e, nos termos do § 3º do art. 30 do Regimento Interno, abre o prazo de cinco sessões para que cada líder proceda à indicação dos nomes de sua representação.

Comissões com 09 membros: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ética e Decoro Parlamentar."

E deverão ser compostas da seguinte forma: o PMDB com duas vagas, o PSD com duas vagas, o PSDB com uma vaga, o PP com uma vaga, o PT com duas vagas e o PSOL, o PPS, o DEM e o PCdoB com uma vaga.

As outras comissões, com exceção dessas três que citei acima, serão compostas por sete membros, que serão distribuídos da seguinte forma: o PMDB com duas vagas, o PSDB com uma vaga, o PP com uma vaga, o PT com uma vaga, o PSD com uma vaga e os partidos minoritárias com uma vaga.

Feito esse esclarecimento, quero fazer um apelo aos líderes de bancada para que façamos isso o mais rápido possível. Mesmo com o Regimento dando-nos o direito de aguardar cinco sessões, acho que é desnecessário ficarmos esperando esse tempo, pois precisamos votar projetos que estão tramitando na Casa. Pediria aos líderes que até segunda-feira entregassem os nomes dos deputados para que na terça-feira as comissões possam começar a trabalhar. É para isso que estamos aqui. Existem projetos parados nesta Casa, por isso acho que seria importante. Faço esse apelo aos líderes de bancada.

Essa lista relativa à composição das comissões será remetida a todos os gabinetes dos parlamentares ainda no dia de hoje.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente deputado Romildo Titon, quero parabenizá-lo pela posse na Presidência desta Casa. Quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli que durante 2013 presidiu esta Casa, que representa o pensamento da população catarinense que nos elegeu para aqui discutir os grandes temas deste estado, especialmente as políticas públicas, o papel do

estado, os investimentos, os desafios que temos pela frente.

Cumprimento o deputado Romildo Titon, parabenizando-o também pela presença das lideranças da sua região, pela mobilização.

Nesta primeira fala que faço em 2014, quero dizer que traremos aqui temas e debates que temos tratado junto à população catarinense. São projetos, leis, críticas, que colocaremos nesta tribuna.

Quero dizer que, neste final de ano, nos feriados, nas férias, ocasião em que muitas pessoas viajaram, pudemos perceber que o povo brasileiro está mais animado, está mais otimista, conseguindo viajar com sua família, embora com todos os problemas que temos nas rodovias estaduais e federais. Isso é um sinal positivo de que o Brasil está melhorando a vida do seu povo.

Acompanhamos, no final do ano, muitas críticas sobre o PIB brasileiro, sobre o crescimento do país, mas é maravilhoso perceber que este país vem crescendo, vem gerando renda, vem gerando emprego, vem melhorando a vida do seu povo. Isso que é importante e foi demonstrado, claramente, durante o final de ano, quando se ia ao supermercado, para a estrada, quando se viam pessoas viajando com sua família durante as férias. Esse é o grande momento do Brasil.

Quero registrar a própria fala do governador que disse que Santa Catarina vem se beneficiando deste grande momento que este país vive, especialmente as nossas regiões que produzem alimentos, móveis, eletrodomésticos, enfim, também se beneficiando com esse extraordinário momento que o Brasil vive. Inclusive, estamos com os índices mais baixos de desemprego da nossa história. Para o trabalhador brasileiro que sempre rondava a preocupação da inflação alta, do desemprego e do salário archoado, estamos num momento onde temos emprego, salários valorizados, passo a passo.

A agricultura familiar no nosso país teve um crescimento na sua renda, nos últimos anos, de 50%. Enquanto a renda geral da sociedade cresce em

16%, a agricultura familiar cresce na sua renda mais de 50%. São dados oficiais do próprio IBGE.

Então, é esse o grande momento que o Brasil vive, e Santa Catarina se beneficia também, inclusive com índices menores ainda, com menos de 3% de desemprego no nosso estado.

Temos com certeza grandes desafios ainda, principalmente na infraestrutura que precisamos melhorar, sejam rodovias, aeroportos, seja no transporte coletivo, na mobilidade urbana, que são com certeza os grandes desafios.

Registro que estive, pela manhã, em Lages e pude verificar que estamos enfrentando uma grande estiagem. Temos muita produção perdida, a safrinha sendo perdida, mas temos uma previsão boa para os próximos dias de chuva. Até no oeste estamos tendo perdas, mas, especialmente, mais na região litorânea, com a falta de chuva.

Quero voltar a fala no governador.

O que carece, o que faltou, que nós esperávamos mais, é que o governador falasse sobre a perspectiva do futuro de Santa Catarina, principalmente da infraestrutura.

Estivemos no mês de dezembro e agora em janeiro lá em Canoinhas, numa reunião com o presidente da Celesc, sendo que começamos o debate em 2009 naquela região e continuamos com graves problemas de estrutura energética na referida região. E estão culpando que os agricultores investiram demais. Mas que história é essa? A agricultura do Brasil vem crescendo em todas as regiões, e precisamos produzir alimentos, o que é extremamente positivo.

Agora, lamentavelmente a Celesc não se preparou para dar conta dessa expectativa, não apenas no interior, mas temos problemas para as empresas se instalarem em muitos municípios, porque não tem estrutura energética. Outro problema estrutural é a água, pois muitos municípios devido à estiagem sofrem com o abastecimento. E isso não é de agora, isso aconteceu quando não estava faltando água. Então, esse planejamento estratégico que sempre questionamos de o estado de Santa Catarina carecer

de planejamento a médio e longo prazo, se nós continuarmos nesse ritmo de crescimento do nosso país, do nosso estado, precisaremos de mais infraestrutura.

O prefeito de Irineópolis, na reunião, falou que todos os agricultores têm que comprar geradores. Mais um prejuízo, uma despesa que se coloca nos ombros dos agricultores, pois pode até terem um gerador lá para qualquer problema que acontecer, o que normalmente ocorre, mas não para fornecer energia nas propriedades. Isso é papel do estado, de uma empresa, pela qual lutamos tanto, que é a nossa Celesc que está aqui para cumprir essa função em nosso estado.

Além disso, precisamos de outras políticas, pois se fala do bom momento que a agricultura vive, e isso a duras penas os agricultores vêm conquistando passo a passo. Mas o que precisamos é que o estado tome decisões mais seguras, como o fim da terceirização da merenda escolar, de uma política do leite para a agricultura familiar, de mais incentivo e estratégia para o desenvolvimento dessa cadeia produtiva e outras atividades.

O governador vetou o projeto das pequenas agroindústrias familiares que estão agregando valor a duras penas e precisavam de um incentivo do estado.

Outro tema é o fim do ICMS das pequenas agroindústrias familiares, e isso já se discute há dois anos nesta Casa, mas não se tomou decisão. Então, precisamos da lei do cooperativismo, porque incluímos as pequenas cooperativas no projeto que foi retirado desta Casa. O estado precisa ter uma política para incentivar o cooperativismo, principalmente o pequeno cooperativismo precisa de suporte e apoio do estado.

Assim, se o governador chega aqui e não vê problemas porque o estado vive um bom momento, mas queremos que tenha uma estratégia clara e segura na perspectiva de futuro, seja de infraestrutura ou de investimentos em setores que estão justamente a duras penas com muita luta fazendo esse papel do desenvolvimento do nosso estado.

Portanto, viemos a esta tribuna reclamar e exigir que o estado necessita de intervenção estratégica nesse conjunto de setores, pois vemos o governo federal investindo R\$ 28 mil de subsídios para o agricultor fazer a sua casa, mas o estado está há três anos discutindo a participando com R\$ 5 mil e ainda não decidiu. Então, as coisas são muito demoradas. E o estado não está dando conta desses grandes desafios que terá pela frente para continuar crescendo, gerando emprego, produzindo alimentos e melhorando a vida do seu povo.

Então, queremos aqui ver o governador apresentar essas grandes estratégias, ou seja, resolver os problemas da educação, da saúde, dos professores, pois dá 2% agora, 2% depois e outros 4% lá em dezembro do aumento dos 8% do piso dos professores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch!

A próxima oradora inscrita para falar é sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, presidente. Cumprimentar todos os deputados, todos que nos acompanham pela TVAL da Agência AL Notícias.

Quero dizer que 2014 inicia e desejo um bom ano a todos os catarinenses. Sempre que começamos o ano firmamos o nosso pensamento para que esse ano seja extremamente positivo. E quero assim também fazer no sentido de oferecer esse sentimento aos catarinenses.

Quero iniciar a minha fala continuando exatamente a partir da fala que o meu colega deputado Dirceu Dresch manifestou, terminando a sua fala mencionando a figura essencial nesse estado, a figura dos nossos educadores. E é com profunda tristeza que inicio meu pronunciamento neste ano legislativo, 4º do meu mandato, falando de uma pauta que iniciamos ainda em 2011, que é a luta histórica, guerreira, dos nossos educadores.

Falo isso porque o governo de Santa Catarina anunciou um reajuste de 8,5% ao piso do Magistério catarinense, que chega neste ano a R\$1.697,00.

De fato esse é o piso do Magistério catarinense. Nesse período de recesso conversei com muitos empresários, microempreendedores, profissionais liberais, que falavam muitas vezes qual é o salário que pagam aos seus profissionais mestres de obra, carpinteiros, pedreiros, motoristas, administradores, gerentes. E não ouvi de nenhum desses empresários que algum desses seus trabalhadores recebe menos do que R\$3 mil, deputado Valmir Comin. Inclusive, todos enaltecem que hoje precisam melhorar a remuneração dos trabalhadores, porque precisam ter um profissional bem qualificado, bem remunerado, para que a sua empresa possa crescer e produzir bons resultados. Se fizermos esse contraponto com o Magistério catarinense, não percebemos essa realidade, eis que R\$1.697,00 é o piso para os professores com 40 horas, que atuam no Magistério pela manhã, tarde ou um turno durante o dia e um turno durante a noite, que realizaram o ensino médio.

Para os professores de graduação, especialização, mestrado e doutorado não há nenhuma lei que determine e que obrigue o estado ou os municípios a de fato garantir um percentual como temos lutado para que este percentual chegue no mínimo 50% acima desse piso no início de carreira para a graduação, 75% para especialização sobre o piso e 100% para mestrado e doutorado.

Portanto, temos a seguinte situação em Santa Catarina: o governo larga foguetes e diz que está pagando o piso e oferece aos nossos educadores 8,5%, parcelados entre 2% em janeiro, 2% em julho e 4,5% em dezembro, a ser recebida pelo próximo governador do estado de Santa Catarina a maior parcela do percentual de reajuste.

Portanto, o governo atual vai terminar o seu mandato sem sair da compactação da tabela, ou seja, do achatamento da tabela salarial, que permite que professores em início de carreira e final de carreira tenham praticamente a mesma remuneração. É como se eu me dedicasse a minha

vida inteira estudando, qualificando-me, fazendo pesquisas, produzindo teses, especializações, qualificações, formação continuada e tivesse um pequeno reajuste ao final da minha vida funcional, deputado Kennedy Nunes, e eu me aposentasse ganhando quase o que ganha um professor em início de carreira. Esta é a realidade da Educação em Santa Catarina.

Então, quero dizer que não há o que comemorar. E confesso que ontem, quando o governador Raimundo Colombo falou com muita simplicidade, com muita leveza, como é o seu estilo, quando falou no Magistério, de vários indicadores positivos, fiquei me perguntando lá na minha cadeira por que então este estado que tem tantos indicadores positivos não consegue pagar decentemente os seus professores. Por quê?

Por que, sr. governador, se temos um crescimento na receita, se a indústria está bem, o estado tem o segundo maior PIB do país, como se explica que possamos ter um dos piores salários do Magistério brasileiro? Eu ainda não consegui ter respostas para essas perguntas.

Então, quero dizer que o meu posicionamento como professora e como deputada estadual é muito claro. Este governo fala bem da economia, mas ignora a valorização do Magistério.

Outra fala que chama atenção, que nenhum momento vem com mais clareza, é com relação às faltas que o Magistério teve no ano passado. Todos sabem que o Magistério é uma carreira nacional, e no ano passado os educadores de Santa Catarina, de forma solidária e justa, aderiram a uma campanha nacional de luta pela valorização dos professores, paralisando as atividades por um período de três dias, se não me falha a memória, mas esses três dias estão custando a carreira do Magistério. O governo não quer discutir o abono dessas faltas. Não foi uma greve à *la volonté*, foi uma paralisação pela luta, pela dignidade da educação. O governo não quer discutir o abono das faltas, portanto, prejudica a progressão da carreira do Magistério catarinense.

Por último, no mês de janeiro, tive a grata felicidade de ficar vários dias em companhia da minha família, em Florianópolis, e cansei, deputado Kennedy Nunes, de ver propagandas do Pacto pela Educação na nossa capital. Essas propagandas dão a impressão de que em todas as regiões de Santa Catarina as escolas estão sendo reformadas, pois é colocado que na Grande Florianópolis 75 escolas estão sendo reformadas. E o público que assiste a essas propagandas, e não é tão atento, constrói uma imagem de que em todas as regiões, como a minha região, o oeste de Santa Catarina, todas as escolas, a grande maioria, também estão sendo reformadas. Isso não é verdade. Não é verdade.

Ontem, o governador entrou em contradição no seu discurso quando disse que de 1.140 mil escolas no estado temos em torno de 200 sendo reformadas. Então, vale duas perguntas sobre esse assunto.

O que é reforma? É trocar uma lâmpada, é uma pintura ou é uma reforma completa? Mas mesmo assim o número expressa o que estou falando, chega a 17,5% o índice de escolas que estão sendo reformadas, segundo o governador.

Por último, o governador Raimundo Colombo termina o seu discurso dizendo que a cada dia uma escola está sendo construída, está sendo entregue, em nosso estado. Ora, essa conta também não fecha, porque se a cada dia uma escola está sendo construída ou reformada, significa que teríamos no mínimo em torno de 365 escolas no último ano.

Então, quero dizer que vamos permanecer este ano na luta pela dignidade dos nossos educadores, na luta pela valorização do Magistério, na melhoria da infraestrutura das escolas e na luta também pela garantia de 1/3 da hora/atividade que já está em lei, mas que, infelizmente, não foi ainda implantada na sua totalidade no estado de Santa Catarina.

E se o governo não prestar atenção, mais uma vez se acenará, infelizmente, para uma greve dos professores do estado de Santa Catarina. Creio que ninguém quer uma greve neste ano, sobretudo com um

governo que está à prova e que precisa mostrar para que veio, especialmente na educação.

Obrigada, sr. presidente.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria, inicialmente, de saudar, em visita ao Parlamento de Santa Catarina, a vereadora Arlete Ramos, de Braço do Norte, acompanhada da sra. Olga Maria Koch Casagrande, presidente do Centro de Reabilitação Vida Humana, daquele município, juntamente com Valdete Volpato Matos de Aguiar, secretária desse centro.

Tivemos uma audiência com o secretário Cândido, reafirmando o compromisso e o convênio desta Casa com a secretaria de estado de Assistência Social, implementada pelo governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Ribeiro, com relação ao Projeto Reviver, que em princípio tinha garantia de três meses dos recursos e que agora já está assegurado para o ano todo.

Por isso é um prazer, uma satisfação parabenizar essas pessoas benevolentes, com espírito abnegado de voluntariado que se dedica à causa pública e à filantropia, promovendo com isso um gesto bom com os mais necessitados.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, gostaria também de registrar que foi sepultado na segunda-feira próxima passada, dia 3 de fevereiro, em Urussanga, Carlos de Lorenzi Cancellier, ao 86 anos.

Neto de imigrantes italianos que fundaram a colônia de Rio Maior, em 1878, Carlos foi um grande líder político que se elegeu vereador em Urussanga por duas legislaturas, ocupando uma cadeira na Câmara Municipal entre os anos de 1963 a 1970, durante a quinta e a sexta legislatura.

Viveu boa parte de sua existência na localidade de Rio Palmeira Alta, até se mudar para

uma casa no centro de Urussanga, onde faleceu no último domingo, dia 2.

Profundo conhecedor da política catarinense, era chamado para campanhas eleitorais e com sua influência junto à comunidade arregimentava votos para os candidatos de seu partido. Grande número de amigos e familiares compareceu aos atos fúnebres que foram marcados por muita emoção e sentimento de pesar pela perda de um cidadão que muito lutou pelo seu povo.

Júlio Cancellier"

Esse cidadão Carlos de Lorenzi Cancellier que é avô do nosso grande jornalista Júlio Cancellier, é criativo, dinâmico, pujante, o que para nós é sempre motivo de muito orgulho e satisfação fazer parte do rol de amizade dessa família pela qual temos a maior e mais alta estima e apreço.

Eu tive a oportunidade de conhecer a casa já totalmente restaurada e recuperada, um patrimônio histórico e da humanidade que caracteriza na essência as raízes dos imigrantes italianos e, de maneira especial, a família Lorenzi Cancellier.

Por isso, é motivo de muita satisfação poder usar a tribuna para enaltecer um amigo de saudosa memória, Carlos de Lorenzi Cancellier, um grande líder político que deixou esta vida para um estágio posterior.

Sr. presidente, eu tive a oportunidade de acompanhar o pronunciamento do sr. governador do estado na tarde de ontem, quando leu a mensagem do governo. Eu vi, com muita expectativa e muito otimismo, o momento que vive Santa Catarina, um momento pujante e enaltecedor em que a sua economia vem sendo aquecida por consequência, evidentemente, sr. presidente Joares Ponticelli, da pujança, da determinação, da garra e do empreendedorismo do povo catarinense. Este é um estado eminentemente exportador e a valorização do dólar também favorece o aquecimento da economia em Santa Catarina.

Eu vejo com muita expectativa o momento que estamos vivendo da captação de recursos através do financiamento de mais de R\$ dez bilhões, fruto de um trabalho de gestão e de uma administração

pública que é exercida com muita propriedade e seriedade, que se caracteriza pela condição de respeito e que dá segurança aos seus catarinenses. Porque não se consegue capitanear um processo e buscar R\$ 10 bilhões somente pela cor dos olhos do governador, do vice ou de seu *staff*. Conseguir-se justamente pelo seu trabalho, pela segurança jurídica que essa equipe promove e pelo enxugamento da máquina. E com isso aumenta-se a capilaridade e a capacidade de endividamento do estado, que promove toda essa ação nas quatro vigas mestras do desenvolvimento do estado, alicerçado basicamente na infraestrutura, na segurança, na saúde e na ação social.

Eu tenho a convicção de que esses investimentos na linha de infraestrutura, principalmente, na questão da mobilidade, no entroncamento dos acessos possibilitando o escoamento da nossa produção aos portos que temos hoje em Santa Catarina, vão dar um impulsionamento da máquina e, conseqüentemente, da economia através da indústria, melhorando cada vez mais a renda *per capita* de todos nós, catarinenses.

Este é um exemplo de estado, pois no ranking de desemprego perde somente para Singapura, deputado Kennedy Nunes. Temos 3%, praticamente, de índice de desemprego no estado. Isso é uma referência não somente em nível de Brasil, mas também em nível mundial. E nós, do Partido Progressista, que estamos apoiando o governo Raimundo Colombo, temos a certeza e a convicção de que estamos no caminho certo, procurando o bem-estar e o desenvolvimento de todo estado de Santa Catarina.

Eu vejo com muita expectativa que as obras do PAC, até o final deste ano, deverão estar numa monta de, aproximadamente, 40 a 50% desses recursos. Até o momento foram investidos tão somente 8% desses investimentos. Evidentemente que a burocracia acaba travando toda essa situação, mas o governo pede celeridade em todos os procedimentos. Esperamos que a maior parte de todos esses convênios já esteja findada antes do período eleitoral para que possamos dar seqüência

na programação e no pagamento das parcelas na medida em que forem feitas as vistorias no local do trabalho e a liberação desses recursos.

Eu ontem conversava sobre a questão da barragem do rio Salto, lá em Timbé do Sul, uma nova vertente que adotamos via o ministério da Integração, pois estamos também adotando a política do que foi aprovado aqui nesta Casa, o chamado RDC - Regime Diferenciado de Contratação - que possibilita a antecipação dos prazos do cronograma, concomitantemente à empresa vencedora, a execução dos procedimentos das questões ambientais, sob a égide da legislação, evidentemente, mas com isso ganhamos tempo e não corremos o risco de incorrer na situação de postergar esse investimento, esses recursos, como já ocorreu nos anos passados. Trata-se de um investimento de mais de R\$ 100 milhões já assegurados pelo PAC e que teve a contrapartida do estado de Santa Catarina no que tange à questão das desapropriações e todos os procedimentos jurídicos para desencadear todo esse processo tão importante.

É uma reivindicação sonhada há mais de 30 anos pelo extremo sul do estado que além de dar segurança na regularização da vazão dos níveis de água em época de cheia e estiagem, vai dar amparo jurídico, sr. presidente, aos nossos agricultores, rizicultores, rizipsicultores, à indústria, ao turismo, que vai se desencadear em toda aquela região tendo em vista todo o complexo que lá estará estabelecido, além do que, agora, já com a empresa vencedora do processo licitatório da BR-285, que liga Timbé do Sul a São José dos Ausentes, integrando esses dois estados e promovendo o escoamento de todo o noroeste do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o último orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital. Gostaria de dizer que não faria uso da palavra no dia de hoje, mas acaba de portar à mesa da minha bancada o jornal Gazeta de Joinville de hoje que traz na capa, como título de matéria a seguinte frase: "Será que o Udo mentiu?" Essa matéria refere-se não apenas ao corte que o prefeito Udo Döhler fez na lista de espera de pacientes que estavam há cinco para consultar com um especialista, mas também mostra uma situação extremamente delicada que está ocorrendo em Joinville neste início de ano.

Ontem os moradores do bairro Jardim Paraíso fecharam a rua depois de ficar 15 dias sem água; toda quarta-feira estão ocorrendo protestos nas ruas por conta do aumento da passagem acima da inflação; ontem houve o fechamento do posto de Saúde do Jardim Edilene, porque a prefeitura não consegue entregar o novo prédio - e essa obra foi alvo da campanha do prefeito eleito, que criticava o ex-prefeito por pagar aluguel do posto fechado, mas que até hoje continua fechado; também os enfermeiros do Hospital São José cruzaram os braços porque havia mais de 100 pacientes nos corredores e apenas seis enfermeiros para trabalhar.

Então, temos uma situação bastante complicada em Joinville, sr. presidente, e com relação à matéria do jornal, apenas para explicar aos catarinense que estão nos acompanhando, gostaria de explicar.

O Ministério Público estadual entrou com uma ação contra a prefeitura para exigir que ela atendesse e, por conta do atendimento, diminuísse a fila, principalmente de reumatologia, uma fila enorme em que pacientes estavam e estão esperando há mais de cinco anos para serem atendidos. Gente com fibromialgia, por exemplo, que é uma doença muito dolorida, difícil, e precisa ser tratada.

O dr. Roberto Lepper, juiz da comarca de Joinville, bloqueou os recursos do Fundo Municipal de Saúde, deputado Joares Ponticelli, exigindo que a prefeitura atendesse às mais de três mil pessoas

que estavam na fila de espera. Se não houvesse o atendimento, o dinheiro iria ser bloqueado.

Deputado Valmir Comin, agora o Ministério Público está investigando o documento que o prefeito Udo Döhler mandou para o juiz, que diz que a fila já foi zerada.

Quando se diz que a fila diminuiu, ou que já foi zerada, entende-se que as pessoas foram atendidas, certo? Aliás, era uma promessa do então candidato Udo Döhler zerar as filas com especialidades médicas.

Ao se falar em zerar as filas, tínhamos a posição do cheque consulta, de se fazer convênio com clínicas particulares para atendimento dos cidadãos. Se não tem no serviço do SUS, paga para que o cidadão seja atendido, porque ele precisa ser atendido. Mas a metodologia que o prefeito Udo e seus parceiros de governo decidiram usar para diminuir a fila foi eliminar as pessoas da fila. E o Ministério Público agora está investigando isso, porque eles mandaram um documento dizendo que não tem mais gente na fila. Só que as pessoas, três mil e poucas pessoas que foram tiradas da fila, começaram a reclamar, pois não foram consultadas para serem tiradas da fila e continuam esperando. E há mais de cinco anos esperam na esperança de serem atendidas agora em 2014, mas o posto de saúde comunica que a pessoa foi eliminada, tipo Big Brother.

O prefeito sentou-se lá, um dia, e decidiu zerar a fila. Foi uma promessa de campanha, então, zerou a fila tirando as pessoas da fila.

Estou falando algo que está aqui no jornal e que é uma ação de investigação do Ministério Público. E segundo a promotora dra. Simone Cristina Schultz, da 15ª Promotoria de Justiça, de Joinville, está ligando para cada uma das pessoas que foram tiradas da lista de espera para perguntar se foram consultadas sobre terem sido atendidas ou não, se desejam renovar ou não. Elas respondem que estão esperando essa ligação há cinco anos para serem atendidas.

Agora, o Ministério Público, tendo confirmado essa aberração, essa mentira, essa afronta a uma

decisão da Justiça, promete fazer uma ação criminal contra o prefeito Udo Döhler e contra o secretário da Saúde, Armando Filho, por conta dessa mentira que teriam feito para a Justiça e desrespeito com o cidadão que espera há tanto tempo na fila.

Quando eu falava do cheque consulta, era para dar a possibilidade de a pessoa ser atendida numa clínica particular. O prefeito falava em zerar as filas, mas ele nunca disse que zerar as filas era excluir as pessoas tipo Big Brother. E pior do que isso é ver essa ação no Hospital São José, dos enfermeiros cruzarem os braços por conta de não terem condições de atender a tantas pessoas.

Da falta de água no Jardim Paraíso, no Itinga e, conseqüentemente, em Araquari, porque a Companhia Águas de Joinville abastece lá, também em relação ao aumento da passagem, do ITBI, do ISS, assim, a situação dos microempresários está complicada em Joinville. Sorte de Joinville é que o governo do estado está fazendo a sua parte.

Ontem mesmo o governador esteve em Joinville para inaugurar obras do estado, assim como a colocação de ar-condicionado no Hospital São José e o asfaltamento da rua Tuiuti, com recursos de financiamento.

Por isso, fico olhando e só observando, Enquanto a comunidade continua esperando as ações do, então, gestor que entraria na prefeitura e que faria. E o prefeito Udo Döhler ainda continua dizendo que para a saúde não falta dinheiro, falta é gestão. Ele esquece que está um ano como gestor da saúde e não resolveu o problema. Aliás, está resolvendo, sim, deixando as pessoas sem serem consultadas, excluindo-as, como se fosse algo assim: reumatologista pode tirar, esse não precisa, não precisa anunciar, gente pobre não precisa.

Acho que para ele uma pessoa pode esperar cinco anos por uma consulta. Claro, ele é acostumado a gerir o Hospital Dona Helena, que é todo particular, que vai rápido, mas as questões não estão sendo feitas assim, não.

Quero ver o desfecho dessa ação do Ministério Público, para eu confirmar que o prefeito Udo Döhler mentiu para a Justiça ao dizer que teria consultado as mais de três mil pessoas que foram extirpadas da lista de Schindler, porque ele transformou a lista da saúde, a lista de espera, em uma lista de Schindler. É ele que resolve quem vive e quem morre. É uma vergonha.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.